

**VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: INTERFERÊNCIA
DA ORALIDADE NA ESCRITA DOS ESTUDANTES
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Maria Lusinete de Lima (Prof. Letras UEMS)

prof.marialusinetelima@gmail.com

Lucimar Ratier (Prof. Letras UEMS)

lucimarcoordenacao@outlook.com

Luciana Xavier (Prof. Letras UEMS)

xavierluciana024@gmail.com

Adriana Lucia de Escobar Chaves de Barros (Prof. Letras UEMS)

chaves.adri1962@gmail.com

Ana Paula Patricio Tribesse Dargel (Prof. Letras UFMS)

tribesse@yahoo.com.br

Adélia Maria Evangelista (Prof. Letras UEMS)

adelia@uems.br

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão a respeito da existência de uma forte influência da variedade linguística no interior do meio social que deriva para a escrita de textos, demonstrando a interferência da oralidade, bem como da relação do meio social no desenvolvimento da escrita dos discentes, partindo de textos que foram produzidos nas aulas de língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em suma, mostra a importância de se analisar os aspectos da oralidade que refletem na escrita do aprendiz. Torna-se necessário que o educador analise estudos de propostas sobre a oralidade e sua forte influência na escrita dos educandos, proporcionando mais atenção na prática do ensino-aprendizagem da língua materna, assim como na maneira de como a língua é ensinada na escola. Este artigo pressupõe quão importante é a objetivação na prática pedagógica, a fim de que ela possa influenciar a ministração de uma proposta adequada, que proporcione aos estudantes uma capacitação que favoreça um ótimo desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando aos aprendizes mecanismos de diferenciação entre a fala social e a escrita; ou seja, para que se tornem escritores qualificados e com capacidade de se comunicar de forma competente, assim como compreender todo o âmbito social.

Palavras-chave:

Ensino-aprendizagem. Língua materna. Variação linguística.

ABSTRACT

This work proposes a reflection on a strong influence of the linguistic variety of the social environment and the writing of texts, demonstrating the interference of the orality of the relationship of the social environment in the development of the writing of the students, starting from texts that were produced in the Portuguese language classes in the early years of elementary school. In short, it encourages the importance of analyzing

the aspects of orality that reflect in the learner's writing. It is necessary for the educator to analyze studies of proposals on orality and its strong influence on the students' writing, providing more attention to the practice of teaching and learning the mother tongue, and the way in which the language is taught at school. This article assumes the importance of objectification in pedagogical practice that can influence with the delivery of an adequate proposal that provides students with a training that favors an excellent development in teaching and learning and that allows learners to differentiate social speech from writing, that is, to become qualified writers with the ability to communicate competently and understand the entire social environment.

Keywords:

Teaching-learning. Linguistic variation. Mother tongue.

1. Introdução

Este artigo ressalta que o estudo das variações linguísticas apresenta discussões importantes relacionadas à língua heterogênea, à temática do preconceito linguístico, ao ensino da norma culta, bem como à diversidade linguística que ocorre em todo o território brasileiro. Com base em discussões científicas, dados apontam que o docente figura como o principal agente para capacitar e desenvolver habilidades de oralidade e da escrita. Além disso, ele é responsável por propor a interação entre os estudantes como forma de desenvolver a ampla compreensão das variações linguísticas que ocorrem na comunicação entre os falantes brasileiros.

As transformações que vêm ocorrendo em nossa sociedade são reflexos das tecnologias de informação e de comunicação (TIC), importantes ferramentas para o processo de ensino-aprendizagem atual, e exigem do docente o domínio dessas ferramentas, assim como uma preparação mais aprofundada na hora de planejar e trabalhar pedagogicamente a leitura e a escrita dos estudantes na diversas linguagens apresentadas na esfera social. Portanto, além das regras normativas, que precisam ser aprendidas pelos estudantes por meio dos textos de gêneros diferentes, advindos do processo de dialogismo e de sociolinguismo, verifica-se, por conta do forte domínio da língua materna no cotidiano, familiar e escolar, a necessidade de conceber conjuntamente a norma e a dinâmica do quadro social existente numa comunidade estudantil.

Em decorrência dessa perspectiva funcional da língua, apresentada pela variação linguística, e também em decorrência das mudanças que ocorreram na gramaticalização, foram estabelecidos documentos norteadores como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apresenta o objeto de conhecimento variação linguística articulado aos eixos de análise

linguística/semiótica e oralidade no Ensino Fundamental. Compreendendo esse desdobramento histórico, que concebeu uma inovação no currículo de língua portuguesa, analisamos que a escola se tornou uma das principais instituições responsáveis por promover e estimular reflexões sobre as variedades existentes na língua, bem como se tornou a principal proponente de atividades que desenvolvam as competências e as habilidades dos discentes, naquilo que diz respeito à socialização e às relações com as variedades linguísticas. Tudo isso com o propósito de alargar as competências comunicativas.

Com base nas propostas iniciais do governo, as quais fomentam a renovação do ensino da língua materna, há diversos estudos teóricos sobre a sociolinguística publicados no país e que respaldam a importância do desenvolvimento do ensino articulado a essa perspectiva, conforme os postulados de Bortoni-Ricardo (2004; 2005). Tais propostas, em geral, mantêm uma dada uniformidade, já que esses documentos têm o objetivo não só de formar professores, mas também estudantes capazes de refletir sobre a língua em uso, desligando-se das práticas de preconceito linguístico e de um ensino centrado na Gramática Tradicional e desvinculada dos gêneros textuais.

Os eixos da oralidade no componente curricular de Língua portuguesa, que integram a Base Nacional Comum Curricular, estimulam o aprendiz a refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais, assim como sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo, inclusive, a multimodalidade e a multisssemiose. Sendo assim, conhecer e refletir sobre as tradições orais e seus gêneros, considerando as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram, além de estabelecer relação entre fala e escrita, tornam-se imprescindíveis no processo de ensino-aprendizagem, tanto no que diz respeito à estrutura do sistema linguístico como de sua relação com os processos de multiletramentos.

Nessa perspectiva, é preciso levar em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem, como, por exemplo, nos jornais televisivos, programas de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea, etc. Da mesma forma, é preciso considerar as semelhanças e as diferenças entre os modos de falar e de registrar a escrita, bem como dar especial atenção aos aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade, sempre de forma relacionada com os gêneros em questão. Assim, também deve-se

considerar os processos de oralização do texto escrito inseridos nas situações sociais em que tal tipo de atividade acontece, seus elementos paralinguísticos e cinéticos, dentre outros, buscando refletir sobre as variedades linguísticas como forma de adequar a produção a esse contexto.

Uma vez que essas habilidades visam desenvolver uma aprendizagem que leve em consideração os contextos e as situações sociais, presentes tanto em atividades de produção de textos como em eventos de oralidade, é importante refletir sobre a importância em reconhecer os contextos de produção, os gêneros e os efeitos de sentido gerados nas práticas sociais. Portanto, a escola pública precisa ser uma instituição provedora de educação e formadora de cidadãos atuantes na sociedade contemporânea.

2. *Variação linguística, leitura e escrita na escola*

A escola precisa assumir e desenvolver o papel de transformar os educandos em cidadãos letrados e alfabetizados, com competência e capacitação para obter uma comunicação eficiente e articuladora junto a um repertório linguístico que esteja adequado a situações formais e não formais da linguagem e suas modalidades escrita e oral. A análise da prática do ensino leva a uma reflexão que abarca as diversidades que ocorrem no desenvolvimento da linguagem dentro das diversas situações históricas e socioculturais. As mudanças na sociedade são uma realidade, portanto, a escola pública, como principal instituição provedora de educação e formadora de cidadãos potencialmente atuantes na sociedade, assume o papel de transformar os alunos em indivíduos letrados e alfabetizados, capazes de se comunicar de forma competente por meio da apropriação de um repertório linguístico adequado às situações formais e não formais da linguagem em suas modalidades oral e escrita.

O português brasileiro sofreu muita influência de diversas comunidades diferentes de falantes e, ainda hoje, passa por mudanças em diferentes regiões, nos meios de comunicação, bem como das pessoas que residem e viajam pelo país. Nossa língua, trazida de Portugal, misturou-se com as línguas dos povos indígenas, permanecendo em constante transformação. Ademais, a extensão geográfica do país, bem como sua história contribuem para diversos estudos em relação à língua.

O Brasil possui uma grande extensão geográfica e, com base na história, apresenta diversas contribuições para o estudo da língua, uma vez que possui uma grande diversidade de línguas indígenas e dialetos

regionais que influenciam fortemente a comunicação sociocultural da língua portuguesa brasileira. Bagno (2007, p. 35) afirma que “o que se convencionou chamar de ‘língua’ nas sociedades letradas é, na verdade, um produto social, artificial, que não corresponde àquilo que a língua realmente é”. Para o autor, com base na sociolinguística, esta visão não concebe alíngua como um produto homogêneo e estável, mas sim como uma atividade social e heterogênea: “Língua é um produto de um tipo diferente, um produto de um tipo sociocultural, elaborado ao longo de muito tempo, pelo esforço de muita gente – por isso ela é uma grande abstração ou, como se diz hoje em dia, um patrimônio imaterial” (BAGNO, 2007, p. 36).

Sendo assim, compreende-se que em todas as línguas faladas no mundo ocorrem processos de variações e transformações. Segundo Marcuschi (2010, p. 16), “o que determina a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua”. De acordo com essa visão, fica pressuposta a importância da escola em interpretar com mais clareza as questões sobre as diversidades culturais relacionadas à comunicação dos indivíduos de uma sociedade, a fim de enfrentar sua tarefa com maior maleabilidade, o que auxilia, inclusive, na orientação dos docentes para a realização dos planejamentos de aula. Essa dinâmica permitiria uma seleção de textos e gêneros textuais diversificados, promovendo melhor definição dos diversos níveis de linguagens que podem ser trabalhados nas aulas de linguagens, oportunizando um ensino voltado para a ótica de diversos contextos inseridos na escola, o que evidencia os múltiplos usos da língua pelos estudantes. A concepção de língua desenvolvida por Marcuschi demonstra um fenômeno heterogêneo, com múltiplas formas de manifestação, variável, dinâmico, suscetível a mudanças históricas e sociais, sendo assim, fruto de práticas sociais e históricas, indeterminada sob o ponto de vista semântico e sintático e submetida às condições de produção que se manifestam em situações de uso concretas como o texto e o discurso (MARCUSCHI 2010, p. 43).

Considerando toda a diversidade de linguagens que constitui o português brasileiro, originaram-se muitos preconceitos, assim como a estigmatização nas práticas pedagógicas, naquilo que se refere à fala dos discentes. Esse fato gera preconceito no ensino da língua materna, oriundo do português europeu e responsável por padronizar a forma correta de se comunicar. Essa padronização priorizava a necessidade de usar a gramática normativa, ou seja, a língua culta. Dessa forma, o estudante que não tivesse o domínio dessa normatividade prescritiva estava fadado ao erro na oralidade. Com a intensificação da noção de erro, concebido como uma falta

de coerência com a norma culta, surgem teorias desenvolvidas pelos sociolinguistas, os quais se contrapõem a essa ideia, compreendendo-a como uma visão errônea. Eles postularam que aquilo apresentado como um erro gramatical são apenas construções e transformações que ocorrem no processo de interação das diversas manifestações socioculturais, sempre presentes nas línguas faladas pelas diversas comunidades existentes na sociedade e nas interações humanas.

Dentro desse contexto que compreende as transformações vivas de todas as línguas, o docente precisa realizar adequações entre a oralidade e a escrita dos educandos, identificando e desenvolvendo o ensino da gramática através dos textos e da gama diversificada dos gêneros textuais que se referem às diferentes formas de linguagem empregadas nos textos, os quais podem ser mais formais, ou até informais. Isso pode ser feito por meio de explicações e exemplificações que utilizem os inúmeros textos que utilizamos na vida diária, o que se constitui como um excelente recurso pedagógico no desenvolvimento do ensino-aprendizagem da gramática normativa e da diferença da linguagem informal, já que ambas fazem parte das relações sociais, colaborando para a construção de cidadãos preparados e participativos, competentes para identificar e se posicionar com relação às diversas demandas sociais.

Seguindo essa perspectiva, é importante destacar a compreensão de que o texto é um conjunto de vozes ideológicas, que estão relacionados a outros textos. Segundo o conceito de dialogismo, postulado por Bakhtin:

[...] nossa fala, isto é, nossos enunciados, que incluem as obras literárias, estão repletos das palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos e modificamos. (BAKHTIN, 1992, p. 314)

Nessa perspectiva, os parâmetros curriculares nacionais afirmam que:

[...] a produção de discurso não acontece no vazio. Ao contrário todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos. Nesse sentido os textos, como resultado de atividades discursivas, estão em constante e contínua relação uns com os outros, ainda que, em sua linearidade, isso não se explicita. A essa relação entre o texto produzido e os outros textos é que se tem chamado de intertextualidade. (BRASIL, 1998, p. 21)

Bertoni-Ricardo (2004) afirma que ao tratar dos chamados “erros dos alunos” surge a determinação de questões como “adequação e

inadequação”. Esse tipo de procedimento precisa ser melhor planejado e desenvolvido pelos processos de ensino em todas as suas instâncias, buscando oportunizar que docentes e estudantes vivenciem constantes e profundas reflexões em torno da língua a fim de preencher a lacuna que há entre o ensino da norma culta e as variedades linguísticas vivenciadas nas práticas pedagógicas durante as aulas de língua portuguesa. É de suma importância reduzir a discriminação e o preconceito às diferentes maneiras de se expressar oralmente nas diversas comunidades de fala em todo território brasileiro.

Bagno (2004, p. 9) relata que “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão”. Esse fato precisa ser colocado aos promotores e articuladores do ensino—aprendizagem da língua, a fim de que eles compreendam que é de fundamental importância inserir, no contexto profissional, o estudo reflexivo da variação linguística, o que promoverá uma compreensão mais sensível e eficaz respeito da heterogeneidade da língua, o que também deve refletir no fazer pedagógico, combatendo, assim, possíveis formas de preconceito e de discriminação.

De acordo com os princípios educacionais, é evidente que um dos principais objetivos da instituição escolar é o ensino da norma culta. Sendo assim, os aprendizes precisam adquirir seu domínio e praticá-la de forma competente, e, para tanto, é fundamental que os docentes formulem reflexões, reconhecendo a importância de expandir os estudos sobre variação linguística e analisar nas práticas pedagógicas o ensino correto da linguagem e suas variações.

Se a variação linguística for discutida na escola, inserida na matriz do multiculturalismo brasileiro, teremos mais oportunidade de discutir a estrutura da língua padrão, descrita nos compêndios de gramáticas normativas, à luz das características da nossa fala brasileira; poderemos identificar os contextos em que as diversas variedades da língua são produtivas; poderemos, também, ler com mais interesse a literatura brasileira, que, desde o modernismo, incorporou modos brasileiros de falar. E mais, ao trabalhar a leitura em sala de aula, os professores, que são os principais agentes letrados, saberão reconhecer estruturas linguísticas que não pertencem ao repertório dos seus alunos, antecipar as dificuldades, “traduzi-las” e associá-las a variantes mais usuais na linguagem oral coloquial. (BORTONI-RICARDO; OLIVEIRA, 2013, p. 52)

Os autores defendem que a escola precisa promover um ensino que apresente, por meio da leitura de diferentes gêneros textuais, bem como de atividades de produção escrita em diversas formas reais de interação, a

possibilidades dos estudantes tomarem-se protagonistas de sua própria aprendizagem, desenvolvendo, inclusive, formas de capacitá-los a se tornar “bidialetais ou multidialetais” no uso da língua brasileira. Sendo assim, é preciso tratar das questões de ensino na perspectiva de dirimir formas de discriminação e de preconceito linguístico. Isso pode promover, gradativamente, uma diminuição importante nesse aspecto, já que a prática em sala de aula permite um desenvolvimento mais próximo e sistematizado, o que beneficia na formação de estudantes mais competentes na leitura e na escrita, visto que nesse contexto é possível abordar as mais diferentes situações de compreensão, de interpretação e de produção nas aulas de língua portuguesa.

Para Soares (1989) o uso das variantes linguísticas pelos alunos provenientes das camadas populares, socialmente estigmatizadas, inclusive no contexto escolar, provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola preconiza a variante padrão socialmente prestigiada. Segundo Fávero, Andrade e Aquino,

[...] para analisar adequadamente um texto (falado ou escrito), é preciso identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa, suas características pessoais (personalidade, interesses, crenças, modos e emoções) e de seu grupo social (classe social, grupo étnico, sexo, idade, ocupação, educação, entre outros), pois eles favorecem a interpretação dos papéis dos interlocutores (falante-ouvinte-audiência (facultativa) / escritor-leitor) num evento particular, determinado, dados os componentes linguísticos desse texto. [...] São também relevantes para a análise as relações entre os participantes, a observação do papel social (poder, status), das relações pessoais (preferências, respeito) e a extensão do conhecimento partilhado. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000, p. 71e72)

Percebe-se, então, que os autores defendem a importância de que os docentes conheçam a realidade de seus aprendizes, para que possam intervir de maneira consciente e responsável no desenvolvimento pleno do ensino-aprendizado de seus estudantes. Nessa mesma perspectiva, Dias (2001) afirma:

Nossa tarefa, como educadores, seria abordar os mais variados tipos de textos em sala de aula, analisando as semelhanças e diferenças, a estrutura textual de cada um, o vocabulário utilizado, buscando incentivar a leitura, a interpretação e a produção pelos próprios alunos dos mais variados portadores de textos existentes e utilizados em nossa sociedade. (DIAS, 2001, p. 25)

A oralidade, a leitura e a escrita estarão sempre presentes no cotidiano escolar de forma articulada, uma vez que uma contribui para o desenvolvimento da outra. De acordo com esse contexto, a meta primordial,

e a tarefa mais importante da escola, é fazer com que todos os educandos tenham o conhecimento e o domínio das múltiplas funções da linguagem, ensinado que a língua possui diferentes manifestações e tem por objetivo a ação principal e social da comunicação entre os indivíduos letrados e não letrados.

Conforme Coelho *et al.* (2010), para (in)formar, o professor precisa, antes, conhecer. Para poder propiciar condições para que o aluno saiba “refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua” (BRASIL, 1998a, p. 59). Desse modo, durante todo o nível fundamental, a proposta é de que o ensino desse objeto de conhecimento, presente no eixo Análise Linguística/semiótica, não negue o sistema de normas e de regras da norma-padrão, mas fomente, a partir dele, uma percepção crítica, parcial e reflexiva sobre a tentativa de homogeneização linguística do Brasil. É óbvio que, se concretizado tal como se projeta, esse trabalho implicará ações para que o aprendiz tome consciência da escala valorativa atribuída aos sotaques, aos usos orais e, a partir disso, perceba que as variedades linguísticas funcionam como um instrumento utilizado para ridicularizar, reprimir, discriminar e promover o outro. Por fim, esse uso “consciente” e “reflexivo” implica inserir esses alunos em práticas de multiletramentos nos diversos campos de atuação, tornando-os leitores e escritores críticos (BRASIL, 1998 p. 129-30).

Compreende-se, portanto, que a função dos educadores, e de suas práticas pedagógicas, são essenciais para romper antigos paradigmas que se referem à tradição gramatical e ressignificar o ensino da língua na escola. Essa renovação no ensino, preconizada pelo Componente Curricular de Língua Portuguesa, ocorre com o objetivo de superação da proposta do purismo linguístico, conduzindo o projeto político pedagógico (PPP) da escola para a integração de novas propostas pedagógicas, atividades e ações que valorizem a diversidade linguística. Isso estimula e promove uma nova política de ensino da língua portuguesa que busque contemplar a reeducação sociolinguística no currículo educacional e na formação continuada dos educadores, a fim de aprimorar e ofertar para os educandos uma melhor preparação, com vistas a uma interação mais ampliada e reflexiva sobre a língua como principal meio de comunicação social.

É de suma importância que as práticas pedagógicas estejam alinhadas com um Plano Político Pedagógico elaborado pela equipe pedagógica,

administrativa, bem como pelos pais e mestres ligados à escola. Inclusive, sua construção precisa ser de acordo com o contexto cultural e social da realidade do local onde os estudantes estão inseridos e a escola está localizada.

Nas diretrizes que contemplam o Componente Curricular de Língua Portuguesa está descrita a necessidade de que os docentes conheçam a sociedade onde a escola está implantada, bem como os costumes familiares e culturais da comunidade que integra o contexto escolar, além de observar a realidade social e a linguagem materna que influencia fortemente a fala e a escrita dos estudantes que fazem parte deste meio. Ainda nesse contexto, as diretrizes apontam para a importância da elaboração do planejamento das aulas de Língua Portuguesa; planejamento este que precisa contemplar a leitura e a escrita de diversos gêneros textuais, releituras de textos literários e aplicações de projetos que desvinculem toda e qualquer espécie de discriminação da língua falada pelos estudantes. Já o ensino da língua culta precisa ser aplicado por meio de estratégias pedagógicas para promover essa relação conduzida no ato do ensino, sem que os valores culturais da fala não percam suas essências, estando a gramática presente não para desapropriar este conhecimento, mas para acrescentar mais conhecimento e mais domínio da língua portuguesa.

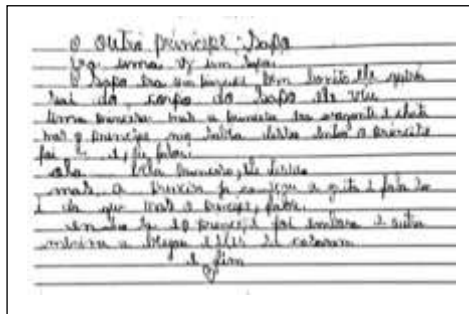
2.1. Procedimentos metodológicos

A oralidade, a leitura e a escrita estarão sempre presentes no cotidiano escolar, e, de forma articulada, uma contribui para o desenvolvimento da outra. De acordo com esse parâmetro, a meta e a tarefa da escola consistem em fazer com que todos os educandos tenham o conhecimento e o domínio das múltiplas funções da linguagem, ensinando, para tanto, que a língua tem diferentes manifestações, cujo objetivo principal e social é a comunicação entre os indivíduos.

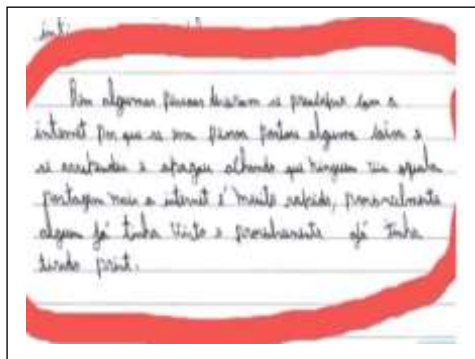
Este trabalho ressalta o quão importante é a objetividade na prática pedagógica, já que por meio da prática desenvolvem-se formas de abordagem que possibilitam ao aluno, por intermédio de uma proposta adequada, uma capacitação de aprendizagem da língua portuguesa, o que o ajuda a diferenciar a fala social da escrita; ou seja, essas práticas permitem que o aluno se torne um escritor qualificado e com capacidade de se comunicar de forma competente. Para tanto, neste estudo, apresentamos análises de textos escritos por alunos do ensino básico, nos quais foram identificadas influências da oralidade na escrita. Sendo assim, nos

fundamentamos pelos princípios da Sociolinguística Educacional.

2.2. Apresentação e análise dos dados realizados com os estudantes do 4º ano inicial e 6º e 8º anos finais do Ensino Fundamental



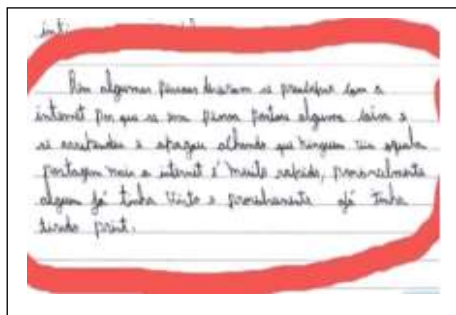
De acordo com o texto do aluno do 4º ano do Ensino Fundamental, observamos que a modalidade escrita é fortemente influenciada pelas marcas da oralidade, como podemos observar nas palavras *em tão*, separada, *pre siso*, bem como no registro da palavra *avia* grafada sem o h.



De acordo com o texto de um aluno do 8º ano do Ensino Fundamental II, foi possível constatar que as dificuldades ortográficas mais observadas se referem à interferência das características estruturais da norma da comunidade à qual pertence, transpondo para a escrita alguns

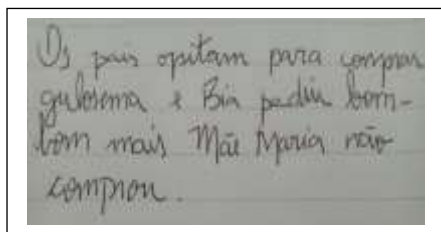
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fenômenos fonético-fonológicos como a ditongação [ew] na palavra *preocupar*, enquanto seria o hiato [e], [o]; e a ditongação *mais* [majs] em substituição a *mas*. Até a conclusão do Ensino Médio, os alunos apresentam dificuldades em compreender encontros vocálicos (não distinguem vogal de semivogal – hiato de ditongo ou tritongo).

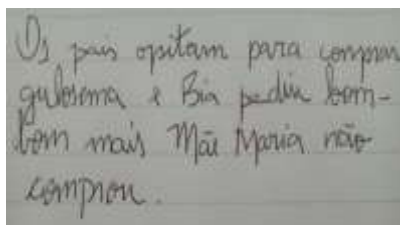


Outra dificuldade perceptível na produção do aluno foi a falta de acentuação nas palavras oxítona e proparoxítona *ninguém* e *rápido*, evidenciando, assim, a dificuldade relacionada às regras de acentuação.

Muitas vezes o aluno sabe que a palavra recebe acento, mas não sabe qual o segmento deve ser acentuado. Daí a necessidade de que os professores desenvolvam com seus alunos atividades sistemáticas sobre a acentuação gráfica, parte integrante da ortografia do português.



Analisando um texto de um aluno do 6º ano do Ensino Fundamental II, percebe-se que há incorreções na escrita de palavras, nas quais se acrescentam ou suprimem letras, como em *optam* e *gulosemas* no lugar de *optam* e *guloseimas*. Tais desvios advêm do falar próprio do meio ao qual o aluno pertence.



A força dos falares sobre os indivíduos se reflete nas produções textuais. Por isso, sugere-se analisar os textos em sala de aula, com o aluno, apresentando a forma da gramática normativa na escrita, contudo, de modo a não lhe constranger ou intimidar. A reescrita do texto, de forma coletiva, é uma das eficientes práticas que leva o alunado a assimilar regras de ortografia. Muitas vezes, o estudante não consegue identificar a presença dos sons que compõem as palavras, ou por outro lado, ainda não tem segurança dos sons que as compõem nem da posição exata que as letras representam nessa forma ortográfica.

Com base nesta análise de dados, nota-se que o ensino de Língua Portuguesa vem sendo ressignificado e passa por diversas mudanças nas últimas décadas. Atualmente, manifesta interesses e objetivos que o ensino de língua precisa priorizar, além da percepção, em especial, a partir das inovações e contribuições que a sociolinguística educacional incorporou às práticas pedagógicas. Os estudos de Bortoni-Ricardo e Bagno, por exemplo, manifestam o modo como o preconceito foi concebido e enraizado no âmbito escolar. Além disso, identificam alguns fatores que sustentam historicamente a ideia de que se deve usar e estudar apenas a língua considerada pela gramática normativa.

Quando analisamos as variações geográficas e as variações sociais é notável que ambas estão profundamente associadas às forças internas que proporcionam ou interrompem a variação, a mudança e a identidade do falante. Ou seja, quando o ser humano se comunica, logo após se manifestar oralmente, já se torna possível reconhecer suas origens, regional e social, pela sua forma de falar.

3. Considerações finais

O ensino de Língua Portuguesa vem sendo ressignificado e

passapor diversas mudanças nas últimas décadas. Atualmente, os objetivos voltam-se para a direção que o ensino de língua deve priorizar, além da percepção, em especial, as inovações que a sociolinguística incorporou às práticas pedagógicas planejadas para realizar o ensino do português brasileiro.

Os estudos de Bortoni-Ricardo e Bagno manifestam modo de como esse preconceito foi concebido e enraizado no âmbito escolar e na veracidade linguística brasileira, além de identificarem alguns fatores que sustentam historicamente a ideia de que se deve usar e estudar apenas a língua considerada “padrão”.

Todavia, os estudos sobre a variação linguística validam a importância de que a escola precisa inserir, tanto no currículo como nos objetivos, práticas diferenciadas de ensino, promovendo, inclusive, formações para os professores que apresentem as novas abordagens teóricas e metodológicas em torno do ensino de Língua Portuguesa. Portanto, cabe à instituição escolar assumir a responsabilidade, e à equipe de educadores de línguas ensinar a norma culta aos estudantes. Nesse sentido, é preciso priorizar as estratégias para que os educandos tenham acesso a uma formação de qualidade que contribua efetivamente, profissionalmente e socialmente em sua vida acadêmica.

As relações apresentadas entre linguagem e classe social são particularmente importantes para o ensino da língua materna, sobretudo nas escolas que servem às camadas populares, já que, dessa forma, trona-se possível promover e desenvolver um ensino da língua materna que esteja comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas. Essas relações entre escola e sociedade apresentam o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, o que coloca em desta que o objetivo de conduzir os estudantes pertencentes a essas camadas para práticas que lhes permitam dominar a variedade padrão e não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que fragmenta e discrimina. Dessa forma, esses estudantes têm a possibilidade de adquirir um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais que ocorrem no pressuposto das comunicações, relacionadas à língua e às variações linguísticas, as quais se apresentam em todo o contexto social e geográfico no Brasil.

Ao analisarmos as variações geográficas e as variações sociais percebe-se que ambas estão profundamente associadas às forças internas que proporcionam ou interrompem a variação. A identidade do falante, quando

se comunica pela oralidade torna possível o reconhecimento de sua origem regional e social. É sua forma de falar que o torna pertencente, ou não, a uma determinada comunidade ou determinado grupo social, o qual gera as motivações extralinguísticas que se desenvolvem junto às ocorrências internas da língua.

Segundo Bourdieu (1983), em determinadas comunidades linguísticas, quando certas pessoas falam (ou escrevem) são respeitadas, acreditadas, apreciadas, obedecidas. Sua linguagem é tida como legítima. Outras pessoas podem falar, mas seu discurso não obterá o mesmo crédito, o mesmo valor; sua linguagem não é reconhecida como legítima. Essas diferenças estão relacionadas ao valor social da variedade usada.

Diversos linguistas relatam que todas as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem, e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social, sendo inconcebível, portanto, afirmar que uma língua ou variedade linguística é superior ou inferior a outra. Isso implica no fato de que não se pode julgar a língua como certa ou errada; o que deve prevalecer é o respeito e a aceitação das diversidades de línguas diferentes e dos dialetos regionais que circulam em nossa camada social e passam sempre por mudanças advindas da pluralidade cultural que uma comunidade vai desenvolvendo no decorrer de sua existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz?* São Paulo: Loyola, 2008.

_____. *Dez cisões: para um ensino de língua não (ou menos) preconceituoso*. Disponível em: www.marcosBagno.com.br. Acesso em: 08/06/2018.

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2019.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* *Sociolinguística...*, Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. (172 p: 28cm)

DIAS, Ana Iorio. *Ensino da linguagem no Currículo*. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KLEIMAN, Ângela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros Textuais: Constituição e Práticas Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Da fala para a escrita. Operações de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, T. de. Corrigir ou não variantes não padrão na fala do aluno. In: BORTONI-RICARDO, S.M.; MACHADO, V.R. (Orgs). *Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito*. São Paulo: Parábola, 2013.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1989.